



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de **materiais de limpeza e organização de copa e cozinha**, materiais esses caracterizados como bens de consumo, destinados a atender as unidades da Capital e do Interior do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).
- 1.2. O regime de fornecimento é o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme Art. 6º, inciso XLIX, da Lei nº 14.133/2021, e o Decreto nº 11.462/2023.
- 1.3. Os itens, especificações gerais, e quantidades e valores encontram-se na tabela seguinte:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO GERAL	UNIDADE DE MEDIDA	QTDADE	Valor máximo unitário aceitável	Valor máximo total aceitável
1	432795	REFIL PRE C+3 PARA BEBEDOURO IBBL PDF300	UNID	360	R\$ 55,68	R\$ 20.044,80
2	629329	REFIL C+5 PARA BEBEDOURO IBBL PDF300	UNID	360	R\$ 62,53	R\$ 22.510,80
3	449088	FILTRO REFIL PARA BEBEDOURO LIBELL PRESS BABY / PURIFICADOR LIBELL ACQUAFLEX	UNID	400	R\$ 50,46	R\$ 20.184,00
4	449088	FILTRO REFIL P355 PARA PURIFICADOR DE AGUA LATINA	UNID	80	R\$ 53,76	R\$ 4.300,80
5	622739	KIT COM ELEMENTOS FILTRANTES PPF-5 E T33 PARA BEBEDOURO CANOVAS PAREDE ACESSIBILIDADE	Unidade (por unidade entenda-se kit)	220	R\$ 220,50	R\$ 48.510,00
6	481012	ÁLCOOL EM GEL 70% PARA MÃOS 500G – ampla participação	Frasco com 500g	36000	R\$ 7,94	R\$ 285.840,00
7	289118	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO CAP. 15 L, COR BRANCA, REDONDO, SEM TAMPA	UNID	200	R\$ 18,95	R\$ 3.790,00
8	256846	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO INTERFOLHADO	UNID	80	R\$ 39,00	R\$ 3.120,00
9	232973	FLANELA PARA LIMPEZA	UNID	30.000	R\$ 1,82	R\$ 54.600,00
10	300417	TAPETE TIPO "CAPACHO" ANTIDERRAPANTE 40X60CM	UNID	50	R\$ 44,35	R\$ 2.217,50
11	633757	TAPETE TIPO "PASSADEIRA" ANTIDERRAPANTE 60X200CM	UNID	50	R\$ 216,00	R\$ 10.800,00
12	481012	ÁLCOOL EM GEL 70% PARA MÃOS 500G – cota reservada do item 6 – participação exclusiva de ME/EPP	Frasco com 500g	9000	R\$ 7,94	R\$ 71.460,00

Tabela 01 – Relação dos materiais de limpeza e organização de copa e cozinha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 1.4. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, sendo o objeto caracterizado como **Aquisição de Bens Comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Resolução TSE nº 23.702/2022, art. 3º.
- 1.6. A **adjudicação será por ITEM**, considerando a independência de cada item, o que possibilita a aquisição individualizada dos materiais. A divisão em itens distintos atende ao princípio do **parcelamento** e ao dever de buscar a **ampliação da competição** (Lei nº 14.133/2021, Art. 40, § 2º, III).
- 1.7. Os **materiais de limpeza e organização de copa e cozinha** a serem adquiridos compreendem itens como filtros para bebedouros, tapetes, lixeiras, álcool e flanelas, entre outros de uso frequente nas unidades do TRE-PR. A diversidade dos produtos reflete a pluralidade de contextos em que são utilizados — desde a rotina de trabalho até reuniões internas, eventos institucionais e apoio aos trabalhos em zonas eleitorais, conforme a relação indicada na tabela 01 acima e **especificações técnicas detalhadas e critérios de sustentabilidade constantes no Anexo II - Descritivo dos materiais**.
- 1.8. As entregas serão realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizada na Rua João Parolin, 224, no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Gestão e Logística de Materiais, nos telefones (41) 3330-8937 ou 3072-4879.
- 1.9. O prazo para entrega dos bens será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do aceite da Nota de Empenho. As solicitações de aquisição serão realizadas com base no consumo registrado em sistema próprio do contratante, ou em demandas eventuais para atendimento de projetos futuros, visando evitar estoques excessivos ou desabastecimento.
- 1.10. O fornecimento do bem é caracterizado como contínuo, visto que atenderá à necessidade permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 1.11. A Ata de Registro de Preços **terá vigência de 1 (um) ano**, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

e que a prorrogação inclua a renovação da quantidade registrada até o limite do quantitativo original, em conformidade com o Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1. A presente contratação de materiais de limpeza e organização de copa e cozinha é essencial para garantir o atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), incluindo a Sede e todos os Fóruns Eleitorais do Estado.
- 2.2. O bem é de **uso recorrente e essencial** para a execução dos serviços administrativos do TRE-PR. A interrupção do fornecimento de materiais de limpeza e organização de copa e cozinha, ou a sua escassez, comprometeria o regular andamento dos serviços institucionais.
- 2.2.1. A falta destes materiais pode acarretar diversas consequências prejudiciais, tais como:
- a) Dificuldade na realização de serviços essenciais e rotineiros que garantem o suporte para servir alimentos e bebidas, a higiene e a organização da área de copa e cozinha. A falta de utensílios básicos afeta diretamente o ambiente de trabalho e o atendimento ao público, comprometendo o regular andamento das atividades do Tribunal. A falta de álcool e flanela poderá comprometer o atendimento durante o pleito de 2026.
 - b) Precarização do ambiente de trabalho: Impacto negativo no bem-estar de magistrados, servidores e colaboradores.
 - c) Aumento de custos: A aquisição emergencial e pontual de materiais tende a ser mais onerosa e administrativamente ineficiente.
- 2.3. A quantificação dos insumos foi pautada em um minucioso levantamento do histórico de consumo dos últimos 4 (quatro) anos, incluindo anos com eleições municipais e gerais, e anos sem eleição. Foram considerados também os materiais em estoque, assegurando uma reserva mínima para situações imprevistas. Na Tabela 01 acima, constam o quantitativo de cada item a ser registrado
- 2.4. A solução de Sistema de Registro de Preços (SRP), por Ata própria, gerenciada por este Órgão, é a mais pertinente e vantajosa para atender à demanda. Esta modalidade oferece flexibilidade para atender à demanda variável e imprevisível, permitindo aquisições apenas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

quando a necessidade se concretiza. Além disso, não há comprometimento financeiro antecipado, pois, a dotação orçamentária é exigida apenas na formalização do contrato ou instrumento hábil que dele decorrer (Art. 17 do Decreto nº 11.462/2023). Tal característica permite maior liberdade na gestão orçamentária e melhor alocação de recursos financeiros, evitando comprometimentos antecipados.

- 2.5. O histórico deste Órgão comprova a eficiência, celeridade e economicidade do SRP para suprir necessidades de materiais de limpeza e organização de copa e cozinha.
- 2.6. Quanto à divisibilidade do objeto, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) indica que o parcelamento da contratação é tecnicamente viável, economicamente viável e não gera perda de escala. Além disso, a divisão do objeto promove o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços, **com adjudicação por item**, alinha-se a essa premissa de divisibilidade, permitindo a aquisição individualizada dos materiais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

- 3.1. A presente contratação tem como objeto o ressuprimento dos estoques de materiais de limpeza e organização de copa e cozinha, **por meio de Registro de Preços, com entregas sob demanda**, conforme necessidade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). O objetivo é garantir a continuidade dos serviços e a manutenção regular das atividades administrativas, com foco na qualidade técnica e na incorporação de critérios de sustentabilidade em todas as fases do **ciclo de vida dos bens** (Produção, Uso e Destinação Final), conforme a IN SEGES/ME nº 81/2022 (Art. 9º, III).
- 3.2. Serão priorizados materiais que apresentem desempenho compatível com as exigências técnicas de cada material, conforme as normas técnicas aplicáveis e as especificações do mercado, mantendo suas características originais pelo prazo de validade exigido.
- 3.3. **Especificações Técnicas e de Qualidade:** os itens devem ser novos e de qualidade comprovada, conforme a descrição contida Anexo II – Descritivo dos Materiais, e devem cumprir as seguintes normas técnicas:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- a) **Refis para Bebedouros (Itens 1 a 4):** Apresentar comprovação de certificação pela **NBR 16098:2012**.
- b) **Álcool em Gel (Item 6 e Item 12):** Deve constar na embalagem o registro **ANVISA** e o selo estampado de aprovação do **INMETRO** (Portaria 460/2021).
- c) **Geral:** Atender à ABNT NBR 10004-2 (resíduos sólidos) e ABNT NBR 14725 (FISPQ - Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).

- 3.4. Ao final de sua vida útil ou em caso de substituição, os materiais serão descartados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com as normas e legislações vigentes sobre resíduos sólidos, em especial a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), preferencialmente por meio de reciclagem ou destinação para empresas especializadas.
- 3.5. Os materiais de limpeza e organização de copa e cozinha a serem adquiridos deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações gerais, além das especificações técnicas detalhadas e **critérios de sustentabilidade** que constam no Anexo II – Descritivo dos Materiais:
 - 3.5.1. Os materiais devem ser novos, de primeiro uso, sem avarias, em perfeito estado de funcionamento e desempenho, aptos ao uso imediato e **apresentar a funcionalidade esperada**.
 - 3.5.2. Deverão possuir garantia mínima do fabricante conforme padrões de mercado para cada tipo de material, a ser detalhada no edital.
- 3.6. Os produtos fornecidos deverão ser entregues em embalagens recicláveis ou que gerem o menor impacto ambiental possível.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 4.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, o objeto que apresentar avarias ou defeitos detectados em qualquer dos atos de recebimento.
- 4.4. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer esclarecimentos relativos aos bens adquiridos, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- 4.5. Os itens deverão ser novos, **cumprir suas funções específicas** e estar de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 4.6. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
- 4.7. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições exigidas para a habilitação.
- 4.8. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do TRE/Fórum para a entrega ou execução do contrato.
- 5.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do licitante vencedor.
- 5.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 5.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações constantes no presente Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 5.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

- 5.6. Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto.
- 5.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.
- 5.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 5.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação deverá atender os **requisitos de sustentabilidade**, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) e na Lei nº 14.133/2021, que prioriza a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
 - 6.1.1. Os materiais deverão ser acondicionados preferencialmente em embalagem de papelão ou outro material reciclável, adequado à proteção do item, com o menor volume possível. O objetivo é facilitar o reaproveitamento e o descarte ambientalmente adequado das embalagens. Esta prática está em conformidade com a análise do ciclo de vida do produto e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
 - 6.1.2. As embalagens deverão permitir sua posterior utilização para outros fins na instituição e serem recicláveis, a fim de reduzir o impacto ambiental. As embalagens serão descartadas por meio de convênio com Associação de Catadores, a qual dará a destinação correta promovendo a sustentabilidade ambiental e gerando renda para os associados.
- 6.2. Os quantitativos estimados e os critérios de entrega visam evitar o acúmulo desnecessário em estoque, estimular o uso racional de materiais e reduzir perdas por vencimento, avarias ou obsolescência. Isso contribui para a racionalização dos gastos e combate ao desperdício, pilares da logística sustentável.
- 6.3. Os fornecedores deverão garantir que os materiais não contenham substâncias perigosas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ou contaminantes em desconformidade com as normas ambientais e sanitárias. A observância da legislação ambiental e sanitária específica é crucial.

- 6.4. Sempre que aplicável, os itens deverão conter identificação clara sobre requisitos de segurança e manuseio, conforme normas técnicas e ambientais.
- 6.5. **Subcontratação:** não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista tratar de fornecimento de bens.
- 6.6. **Participação de Pessoa Física:** não será admitida a participação de pessoa física, conforme IN SEGES Nº 116/2021.
- 6.7. **Participação de Consórcio:** não será permitida a participação de empresas consorciadas, conforme prevê o art. 8º da Portaria DG/TRE-PR nº 591/2022, que estabelece: "Exceto quando demonstrada a vantajosidade no caso concreto, decorrente da complexidade técnica ou grande vulto da contratação, não será autorizada a participação de consórcio".

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

7.1. Condições de Entrega

- 7.1.1. As entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizada na Rua João Parolin, 224, na Seção de Gestão e Logística de Materiais de Consumo. O setor responsável pelo recebimento será informado previamente para organização da logística de recebimento e conferência.
- 7.1.2. Os itens deverão ser entregues no prazo estipulado no **item 1.9**.
- 7.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado no presente Termo de Referência, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

- 7.2. **Do Recebimento Provisório:** Os bens serão **recebidos de forma sumária**, pela Seção de Gestão e Logística de Materiais - SGLM, para efeito de posterior verificação de sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, conforme Art. 140, II, "a" da Lei nº 14.133/2021.

- 7.3. Da avaliação da qualidade e aceitação dos itens:** Os itens serão avaliados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela Seção de Gestão e Logística de Materiais - SGLM, **para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações** constantes neste Termo de Referência.
- 7.4. Do Recebimento Definitivo:** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da avaliação da qualidade a que se refere o **item 7.3**, pela Seção de Gestão e Logística de Materiais – SGLM, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, conforme Art. 140, II, "b" da Lei nº 14.133/2021
- 7.5. Dos Bens Rejeitados:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, conforme Art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5.1.** A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.
- 7.5.2.** O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com a Instrução Normativa TRE-PR nº 08/2025 , que estabelece procedimentos relativos ao desfazimento de materiais inservíveis no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 7.6. Garantia do Produto:** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 7.7. Forma de Pagamento:** O pagamento será processado de acordo com as entregas e recebimentos definitivos de cada Nota de Empenho emitida. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail da Seção de Gestão e Logística de Materiais – SGLM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- sglm@tre-pr.jus.br.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1.** A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.3. Designação de Gestor e Fiscal:** A execução da Ata de Registro de Preços bem como possíveis contratos dela decorrentes serão acompanhados e fiscalizados por servidores formalmente designados para tal fim (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.3.1.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.3.2.** O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 8.3.3.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 8.3.4.** O fiscal/gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9. PROTEÇÃO DE DADOS

- 9.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 9.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste Termo, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

- 9.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão e Logística de Materiais, por meio dos telefones 41-3330-8937 e 3072-4879 ou e-mail sqlm@tre-pr.jus.br.
- 10.2.** As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir nenhum item.
- 10.3.** Em atendimento ao item § 4º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, no momento da aquisição serão priorizados os produtos da cota reservada, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.